



CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Plano de Ensino	
Universidade Federal do Espírito Santo	Campus: Goiabeiras
Curso: Ciências Econômicas	
Departamento Responsável: Departamento de Economia - CCJE	
Data de aprovação (Art. N° 91): 06/10/2021	
DOCENTE PRINCIPAL: Everlam Montibeler (everlam.montibeler@ufes.br)	
Qualificação/link para o Currículo Lattes: Everlam Montibeler: http://lattes.cnpq.br/4076104093284079	
Disciplina: Economia do Setor Público I	Código: ECO-07677
Período: 2021/2	Turma: 01
Pré-requisito: ECO-03722	Carga Horária Semestral: 60
Créditos: 4	Distribuição da Carga Horária Semestral
	Teórica
	Exercício
	Laboratório
	60
	0
	0
Ementa: O papel do Estado no pensamento econômico e no Brasil. Visão keynesiana de Governo - conceitos de falhas de mercado, externalidades e bens públicos; as funções do governo em Musgrave. A visão de Estado da Escolha Pública - mercado político, teorema do eleitor mediano, falhas de governo. A visão de O'Connor de Estado. A Política Fiscal, as visões de dívida pública e déficit público na teoria econômica e no Brasil. Os indicadores de endividamento e de déficit público. O Orçamento Público na teoria econômica e no Brasil. A despesa pública: classificação e determinantes, os gastos públicos no Brasil. As receitas públicas: classificação, conceitos e determinantes da carga tributária e de sua distribuição, o sistema tributário no Brasil.	
Objetivos Específicos: Propiciar ao alunos conhecimento teórico acerca do papel do Estado na economia, segundo as diferentes visões, bem como do funcionamento do Setor Público no Brasil. Entender os conceitos de gastos públicos, receitas públicas, dívida pública e déficit público seus aspectos teóricos e aplicados ao Brasil.	

Conteúdo Programático:

1. Apresentação do curso
2. O papel Estado e a produção de bens públicos no pensamento econômico e na história.
3. O déficit, a dívida pública e a Política Fiscal na teoria econômica e no Brasil.
4. O orçamento público: origens, papéis e abordagem do orçamento público no Brasil.
5. Os gastos públicos: classificação e determinantes, gastos públicos no Brasil.
6. As receitas públicas: classificação, conceitos e determinantes da carga tributária e de sua distribuição, o sistema tributário no Brasil.

Metodologia:

Para o desenvolvimento do conteúdo programático do curso serão utilizadas metodologias ativas de ensino-aprendizagem, como estudo dirigido, produção de texto e/ou outros materiais distribuídos entre aulas síncronas e assíncronas. As aulas síncronas terão carga horária de 15 horas (25%) e aulas assíncronas carga horária de 45 horas (75%). As aulas síncronas serão realizadas por meio da plataforma Google Meet e as atividades assíncronas serão disponibilizadas na plataforma Google Sala de Aula, conforme cronograma disponibilizado nesta plataforma e no portal do professor.

Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:

A avaliação será composta de dois trabalhos e de pesos iguais. Os alunos com média superior a 7,0 estarão dispensados da prova final. A frequência de aulas é obrigatória, de acordo com as normas da UFES. Será reprovado por falta o estudante que não obtiver, no mínimo, 75% de frequência. A prova final será no período de 28/03 a 01/04/2022.

Bibliografia Básica:

- ARVATE; BIDERMAN. Economia do Setor Público no Brasil. RJ: Campus, 2004.
OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.
SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar:

- AFFONSO, R.B. O Federalismo e As Teorias Hegemônicas da Economia do Setor Público na Segunda Metade do Século XX: um balanço crítico. Tese (Doutorado). UNICAMP, 2003.
DE CARVALHO JUNIOR, P. H. B. A Progressividade dos Tributos Diretos nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) 2008-2009 e 2017-2018., Texto para Discussão, no 2645. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2021
GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
GIACOMONI, J. Orçamento Governamental: teoria, sistema, processo. São Paulo: Atlas, 2019.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas. A Teoria e Prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.
GIUBERTI, Ana Carolina. Instituições orçamentárias e política fiscal no Brasil: governo federal – 1965 a 2010. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2012.
GOBETTI, Sérgio. Regras fiscais no Brasil e na Europa: um estudo comparativo e propositivo. Texto para Discussão 2018. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2014.
HORTA, Guilherme Tinoco de Lima. Regras fiscais no Brasil: uma análise da PEC 241. Revista do BNDES, n. 47, Junho de 2017, pp. 259-308.
IZQUIERDO, Alejandro; PESSINO, Carola; VULETIN, Guillermo. Melhoras gastos para melhores vidas: como a América Latina e o Caribe podem fazer mais com menos. Sumário executivo. Série Desenvolvimento nas Américas. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
LOPREATO, F.L.C. O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 119, fev. 2006.
MACIEL, Pedro Jucá. Finanças públicas no Brasil: Uma abordagem orientada para políticas públicas. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 5, p. 1213-1241, set. 2013.
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MELLO, Lívia Maria Mendonça Jansen de. O papel do Estado e suas relações com o mercado no desenvolvimento das economias capitalistas. Economia e Desenvolvimento, v. 31, n. 0, p. 13, out. 2019.
MENDES, M. 2008. Sistema orçamentário brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. Caderno de Finanças Públicas, Brasília, n.9, p. 57-102, dez.2009.
MIRRLEES, James et al. Tax by Design. Oxford: Oxford University Press, 2011.
MUSGRAVE, Richard. Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental. São Paulo:

Atlas; Brasília; INL, 1973. Volume 1
MUSGRAVE, Richard Abel; MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: EDUSP, c1980. xvi, 673p
OLIVEIRA, F. A. Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
OMAR, Jabr H D. O papel do governo na economia. Indicadores Econômicos FEE, v. 29, n. 1, p. 211–235, 2001.
ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. Reforma tributária no Brasil:princípios norteadores e propostas para debate. Novos Estudos - CEBRAP, v. 37, n. 1, p. 213–244, 2018.
ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W. Reforma tributária e federalismo fiscal: uma análise das propostas de criação de um novo imposto sobre o valor adicionado para o Brasil. Revista Cadernos de Finanças Públicas, v. 21, n. 01, 17 maio 2021.
RIANI, Flavio. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória – 5.ed. 2011/ LTC.
SIQUEIRA, Rozane Bezerra de et al. O sistema tributário brasileiro é regressivo? In: AFONSO, José Roberto, et al. (Orgs.). Tributação e desigualdade. Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: FGV Direito Rio, 2017.
VELASCO, Andrés; Muci, Frank. O Desafio da Sustentabilidade Fiscal no Brasil. CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS, v.21, n.1, Edição Especial, 2021.

Observações

Cronograma:

Aulas Síncronas todas as terças-feiras letivas das 9h30min às 10h30min, nas seguintes datas: 09, 16, 23 e 30/11/2021; 07 e 14/12/2021; 25/01/2022; 01, 08, 15 e 22/02/2022; 08, 15 e 22/03/2022.